# A SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: Limites e Possibilidades

Mara Rúbia Alves Marques Veríssimo\*

"Confesso que as falas de alguns pedagogos sobre 'socialização do saber sistematizado' não me comovem porque não vejo socialização como distribuição de produtos cuja elaboração não é controlada pelas várias partes envolvidas no processo"

Marcos Silva

O alicerce teórico-metodológico que fundamenta a prática corrente do ensino de História ainda é o positivismo. Ideologia essencial ao capitalismo desde sua gênese, se mostra eficiente em manter sua função primordial legitimar o "sistema", escamoteando sua natureza histórica. Os mecanismos ideológicos vão desde a dissociação da instância política de sua base social até a glorificação da ciência como entidade absoluta e a-histórica.

A necessidade de consolidação do projeto liberal-burguês do mundo do trabalho e da mercadoria, engendra o desenvolvimento das relações sociais nos moldes da produção fabril pautada na divisão do trabalho. Os homens são divididos por suas competências - por um lado os que detêm o domínio do pensar e saber, e, por outro, os que estão na esfera do fazer. O processo de alienação firma-se assim, não só dentro do espaço produtivo, mas em todos os espaços culturais e sociais do contexto capitalista.

Ao colocar a ciência como campo absoluto e natural da verdade e os produtores de ciência como os únicos detentores desse saber, porque munidos da racionalidade objetiva; ao conceber a realidade como dado a ser interpretado pelo exercício científico de alguns e reproduzido a outros pela via da informação, o tradicionalismo positivista sustenta ainda hoje o ensino de História.

Historicamente, portanto, é sob a égide de tais concepções de história e de ciência que nas práticas dos profissionais, nos manuais didáticos e nas metodologias de ensino o saber e o fazer estão dissociados pela dicotomia ensino/pesquisa - ao professor cabe reproduzir os conhecimentos produzidos por "cientistas", e aos alunos cabe recebê-los e armazená-los em forma de memorização.

Em função dessas constatações é que me proponho a investigar sobre a possibilidade da revisão desse quadro, no sentido de que os elementos envolvidos na relação de ensinoaprendizagem de História possam se tornar produtores de conhecimento. Tal preocupação remete a uma análise ampla que diz respeito à questão da possibilidade de socialização não apenas do saber, mas de sua produção.

<sup>\*</sup> Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica, graduada em História e mestranda em Educação pela UFU.

Nesse sentido faz-se necessária a análise da temática do conhecimento e da ciência visando perceber como tal questão foi tratada historicamente no contexto do pensamento moderno. O procedimento consiste em recuperar o debate teórico entre as tendências que oferecem diferentes instrumentos conceituais para dar conta da interpretação da história e da ciência. Para tanto, optamos por fazer um corte epistemológico que começa com o pensamento idealista de Hegel, passando pelo positivismo de Comte e terminando com o materialismo histórico de Marx. Tal opção se justifica porque tais pensadores constituem uma fase diferenciada do pensamento moderno, cuja principal característica é a incorporação da história como elemento essencial na análise do conhecimento.

Pressupondo que a função da educação seja contribuir para a apropriação do processo histórico pelos seus reais sujeitos, o que só é possível pela apropriação dos bens culturais especificamente do conhecimento - pretendo verificar que referencial epistemológico melhor contribui para o papel antropológico da educação, que está na base da possibilidade de transformação consciente da história pelos homens comuns.

## 1. A transformação do conhecer em reconhecer...

Hegel é o ponto referencial que inaugura uma nova etapa do pensamento moderno, correspondente ao momento histórico singular do final do século XIX, com os desdobramentos político-sociais e econômicos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Esta "renovou profundamente a concepção da

história, deu o sentido do devir das sociedades, de suas contradições, de suas crises" (GARAUDY, 1983: 22). Tal contexto vai engendrar elementos novos na constituição do pensamento moderno, principalmente no que se refere à incorporação da história como elemento epistemológico fundamental. Hegel vai expressar esse momento ao assumir a história como processo de mudança das estruturas sociais e do próprio processo de conhecimento.

Para Hegel, o pensamento é o criador de todo o mundo real. É nesse sentido que todo real é racional porque é a marca da atividade do Espírito consciente, e todo racional é real porque é histórico - trata-se de uma perspectiva idealista objetiva.

O marco epistemológico hegeliano é a dialética - método pelo qual privilegia o movimento da realidade como movimento do Espírito. A dialética é o motor da relação Espíritorealidade, o processo dinâmico que envolve o positivo e o negativo.

A verdade e o conhecimento se dão, portanto, no processo histórico enquanto história do Espírito. Esse método é fundamental porque mostra o Espírito como sujeito histórico porque criador do universo natural e social. "O movimento da ciência é dialético porque reproduz a dialética da realidade. O verdadeiro é indivisivelmente movimento da coisa e realidade concebida" (Idem, 1983: 32).

"Averdadeira figura em que averdade existe só pode ser o seu sistema científico. Colaborar para que a filosofia se aproxime da forma da ciência - da meta em que deixa de chamar-se Amor ao Saber para ser

Saber Efetivo - é isto o que me proponho (...): Elevar a filosofia à condição de ciência(...)" (HEGEL, 1992:23).

Umtraço de modernidade no pensamento hegeliano, em relação a paradigmas de uma história social, é a sua preocupação com a possibilidade e necessidade do acesso ao saber, à ciência, pelos setores mais amplos da sociedade, em detrimento ao domínio científico por um setor privilegiado. A condição básica para tal inteligibilidade universal seria a ciência, como resultado de "múltiplas formas de cultura", a ser aprimorada na forma, de modo que as diferenças fossem determinadas com segurança e ordenadas segundo suas sólidas relações.

"Sem tal aprimoramento, carece a ciência da inteligibilidade universal, e tem aparência de ser uma posse exotérica de uns tantos indivíduos" (Idem, 1992: 27).

Cabe à ciência instrumentalizar o indivíduo a adquirir a consciência-de-si, garantindo-lhe a transformação do ser-em-si para o ser-para-si. Em outras palavras, o indivíduo deve ser levado a se perceber como sujeito, pela apropriação do processo histórico da formação cultural, da trajetória do Espírito na construção da história. Hegel chama a atenção para a insuficiência do pensamento restrito ao nível do conhecer e do conceito puro, e mostra a necessidade de sua superação - a transformação do conhecer em re-conhecer e do conceito puro em conceito histórico.

"(...) o indivíduo tem o direito de exigir que a ciência lhe forneça pelo menos a escada para atingir esse ponto de vista, e que o mostre dentro dele mesmo" (Ibidem, 1992: 34).

# 2. Conhecer é constatar as leis naturais invariáveis...

Com Augusto Comte, o pensamento de Hegelvai ser assumido com outras preocupações que tenderão a substituir a ênfase no Espírito como sujeito histórico, pela ênfase na dimensão objetiva da realidade humana. O princípio da contradição vai dar lugar ao sentido de progresso, de desenvolvimento linear da sociedade. O positivismo não vai negar o pensamento hegeliano porque o Espírito continua a ser sujeito. No entanto, Comte vai submetê-lo à materialidade, resgatando o domínio da objetividade. O processo histórico é interpretado dentro de uma lógica não mais centrada em Deus, nem no Espírito, mas nas leis intrínsecas da natureza.

"(...) o último termo do sistema metafísico consiste em conceber, em lugar de diferentes entidades particulares, uma única grande entidade geral, a natureza, considerada como fonte exclusiva de todos os fenômenos" (COMTE, 1973: 10).

Se, em Hegel, o processo histórico tende para a absolutização do Espírito e relativização da matéria, em Comte a história é o percurso do Espírito em processo de purificação de seus elementos subjetivos e de impregnação dos elementos da objetividade, rumo à absolutização da matéria. O momento em que esta fosse purificada de todas as interpretações idealistas e espirituais seria o momento positivo da ciência. A ciência ou a Filosofia Positiva seria a

superação da fase teológica do pensamento, representado pela metafísica clássica, e do momento filosófico, representado pela metafísica moderna - essa última considerada como fase necessária e transitória rumo à fase positiva.

Comte produz seu pensamento no contexto pós-revolucionário do século XIX, que coloca novas e contraditórias questões apresentadas pela queda de Napoleão e do ideal napoleônico, pelos movimentos sociais dos trabalhadores e pelo debate entre liberais e conservadores. Comte vai tentar recuperar a ordem do caos, restabelecer a segurança e o otimismo da era napoleônica. É por isso que, em oposição à negatividade e à crítica, vai elaborar sua filosofia positiva.

"(...) a grande crise política e moral das sociedades atuais provém, em última análise, da anarquia moral. Nosso mais grave mal consiste nesta profunda divergência entre todos os espíritos quanto a todas as máximas fundamentais, cuja fixidez é a primeira condição duma verdadeira ordem social. (...) Idéias gerais capazes de formar uma doutrina social comum (...)" (COMTE, 1973:23-4).

"(...) o mal consiste sobretudo na ausência de toda verdadeira organização" (Idem, 1973:24).

Ao se propor fundar a "física social" nos padrões das ciências naturais como condição para completar a filosofia dos modernos, Comte resgata o método de investigação das ciências da natureza que, partindo da observação, estabeleceria teorias particulares no sentido de, através de suas relações, formular uma teoria

única e geral para dar conta do fenômeno social em questão.

"(...) o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível, constituem o objetivo de todos os nossos esforços (...)" (Ibidem, 1973:13).

A necessidade de um sistema geral sob o domínio da filosofia positiva se justificaria também pela excessiva particularização ou especialização das pesquisas individuais que Comte considerava prejudicial por fragmentar o conhecimento. Daí a defesa do aperfeiçoamento da divisão do trabalho que levasse à "organização moderna do mundo dos cientistas"; uma classe assim constituída para racionalizar os conhecimentos particulares das demais ciências.

"O verdadeiro meio de cessar a influência deletéria que parece ameacar o porvir intelectual (...) consiste (...) no aperfeiçoamento da própria divisão do trabalho. Basta fazer do estudo das generalidades grande científicas outra especialidade. Que uma classe nova de cientistas (...) incessantemente controlada por todas as outras, tendo por função própria e permanente ligar cada nova descoberta particular ao sistema geral (...), torna-se indispensável para evitar a dispersão das concepções humanas" (Ibidem, 1973: 18).

O pragmatismo de Comte levou-o a propor

uma reforma geral no sistema educacional europeu de sua época, de modo a apreender os métodos e os resultados das ciências positivas, tendo em vista seu projeto de reorganização social das nações civilizadas.

"(...) substituir a nossa educação européia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação positiva, conforme ao espírito de nossa época e adaptada às necessidades da civilização moderna" (COMTE, 1973: 21).

O positivismo, de modo geral, não nega o sujeito, mas defende que, na análise da realidade das coisas, na produção do conhecimento, devese evitar a dimensão da subjetividade, como condição da cientificidade do método.

"(...) os fatos sociais são tanto mais sucetíveis de ser objetivamente representados quanto mais livres estiverem dos fatos individuais que os manifestam; (...) o sociólogo (...) deve esforçar-se por considerá-los sob um ângulo em que eles se apresentem isolados das suas manifestações individuais" (Idem, 1973: 410).

#### 3. O conhecimento se faz na práxis social...

O pensamento de Marx está fundamentado no pensamento hegeliano e no pensamento positivista. Hegel recuperou a atividade subjetiva do Espírito histórico, caracterizando seu pensamento como ativista-espiritualista; Comte recuperou a atividade objetiva da matéria, numa tendência puramente

materialista; o pensamento de Marx é uma síntese histórica do conhecimento que vai recuperar a realidade material na sua relação com a atividade do sujeito espiritual, caracterizando seu pensamento como ativistamaterialista. Com Marx,

"a história deixa de ser uma coletânea de fatos mortos, como o é com os empíricos (...), ou uma atividade imaginada de sujeitos imaginados, como o é com os idealistas" (MARX, 1987: 173).

Karl Marx vai viver o contexto histórico da metade do século XIX, marcado pelo debate teórico entre conservadores e liberais que expressa as várias tendências do pensamento moderno. No debate com os liberais economistas ingleses, com os liberais socialistas franceses e com os filósofos alemães, seguidores do pensamento hegeliano, tendo como pano de fundo as lutas do operariado europeu, Marx vai construir seu pensamento.

O marco epistemológico de Marx é o materialismo histórico, que pressupõe a realidade como produto da atividade do homem concreto. Assim, as bases estruturais da sociedade, onde se dão a produção e as relações sociais de produção, correspondentes a um determinado estágio das forças produtivas, fundamentam as instituições superestruturais - jurídicas, políticas e ideológicas.

O materialismo histórico representa uma inversão metodológica relativamente ao método hegeliano, para o qual a realidade humana seria produto da atividade do Espírito. Marx estabeleceu a crítica e a superação do

pensamento idealista de Hegel, numa síntese radicalmente nova.

"Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem" (MARX, 1985: 20).

"No primeiro método de abordagem, o ponto de partida é a consciência tomada como o indivíduo vivo; no segundo, são os próprios indivíduos vivos reais, tal como são na vida concreta, e a consciência é considerada unicamente como consciência deles" (Idem, 1987: 173).

Em Hegel, "trata-se bem de uma justificação racional da ordem estabelecida, de uma dialética da justificação e não, como em Marx, de uma dialética de superação. Para um, o presente é um resultado, um ponto de chegada, para outro, o presente é um ponto de partida" (GARAUDY, 1983: 24).

Se Hegel tem sobre o capitalismo uma visão positiva, Marx tem uma visão negativa, o que dá a seu pensamento uma dimensão deliberadamente política, no sentido da superação histórica do capitalismo. A crítica à filosofia alemã expressava essa preocupação pragmática do conhecimento.

"Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (MARX, 1986: 26).

O materialismo histórico constitui, ao mesmo tempo, um método de análise da realidade e um instrumento político de sua transformação. Desvela a conexão entre a infraestrutura econômica e a dimensão superestrutural da sociedade capitalista, suas contradições internas e a necessidade de sua superação histórica.

"(...) todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por força de crítica espiritual (...) mas (...) pela derrocada prática das relações reais de onde emanam estas tapeações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história (...)" (Idem: 56).

Marx faz um corte epistemológico entre a filosofia especulativa e a ciência. Ao contrário da primeira, "a ciência era, para Marx, uma força revolucionária, historicamente dinâmica" (ENGELS, 1967:222). Talvez esteja aí a fonte do esforço atual em recuperar o estatuto científico da filosofia, a partir da lógica dialética ligada ao materialismo histórico.

"Onde termina a especulação - na vida real - aí começa a ciência real e positiva: a representação da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. Para a conversa frívola sobre a consciência, sendo substituída pelo

verdadeiro conhecimento" (MARX, 1987: 173).

Em Marx, o critério de maior ou menor objetividade do conhecimento está no sentido transformador ou conservador da realidade social. A objetividade está na capacidade do conhecimento em recuperar o processo histórico como obra dos sujeitos históricos reais, no contexto contraditório da luta de classes.

O pensamento de Marx é eminentemente moderno por ser o primeiro a se mostrar histórico, concreto. É o ponto de toque que traz a atividade da produção do conhecimento e seus próprios produtores à imanência do social. Assim, o pensamento marxista significa uma oposição direta a todo o idealismo que tende a negar a vinculação do pensamento a sua base material ou social.

Aorelacionar a produção do conhecimento às suas bases objetivas, unificando teoria e prática como elementos constitutivos de um mesmo processo, a dialética de Marx pressupõe a idéia como produção social que, gerada "no processo de transformação da realidade, no curso do trabalho, é o modo como se concretiza a relação entre o pensamento que aos poucos vai se constituindo e o mundo que o engendra" (PINTO, 1969: 47).

É esse movimento dinâmico de produção de idéias no embate com a existência material que revela o homem como produtor e consumidor de idéias, e as idéias como bens de produção, forjadas pelas exigências históricas. A lógica dialética não se restringe, portanto, ao estudo das operações abstratas, das interrelações das idéias, mas privilegia a sua articulação com o

plano material, tanto a nível da produção como da aplicação das idéias no ato de investigação.

### Considerações finais

Este estudo pretendeu vislumbrar um referencial teórico e metodológico capaz de possibilitar a socialização do conhecimento e da reflexão filosófica que lhe é inerente, aos setores até agora marginalizados do âmbito da produção científica. Com tal intuito, analisamos os pressupostos hegelianos, comteanos e marxianos acerca dos componentes de qualquer relação cognitiva - o sujeito que conhece, o objeto do conhecimento e o conhecimento.

Após situar historicamente as produções destes pensadores, procuramos analisar seus conceitos de história e o lugar que os homens nela ocupam, bem como suas perspectivas de ciência, de modo a sintetizar as dimensões éticas e políticas dos projetos educacionais aí contidos.

O pensamento hegeliano demonstra preocupação com uma ciência socializada, onde o homem se perceba como sujeito da história, reconhecendo-se na sua produção. No entanto, o sujeito em Hegel não é de práxis, mas de consciência-de-si. Assim, pela ausência do real consistente, a intervenção do sujeito não é concreta, mas abstrata. Apesar de avançar na valorização do sujeito e da história, a dialética de Hegel, por seu caráter idealista, é insuficiente para dar conta da questão da apropriação social do conhecimento.

O positivismo de Comte, se, por um lado, recupera a materialidade no domínio da história, por outro, significa um retrocesso ético-político,

ao naturalizar a história, negando o homem como seu produtor pela submissão deste aos ditames da realidade natural objetiva.

O positivismo se mostra insuficiente para dar conta da ciência como produção social, porque expressa uma perspectiva burguesa de ciência em que o conhecimento é produzido de forma privada e não socializada. Assim, a ciência, como produto privado e não público, não incorpora o social, porque nega a atividade do sujeito.

Em Marx o sujeito é de práxis à medida que transforma a realidade e faz história através das ações individuais interligadas com o coletivo concreto. Marx nega o idealismo de Hegel ao vincular o conhecimento à existência material, como produto social dos homens reais em condições historicamente determinadas. Nega também o positivismo de Comte ao desmitificar a pretensa objetividade do conhecimento, desvelando o seu caráter de classe.

Resta, por fim, constatar que uma nova erudição alternativa ao domínio do positivismo no âmbito do saber só é possível sob os pressupostos da lógica dialética, fundamentada no materialismo histórico, uma vez que este possibilita uma nova concepção de história, de ciência e de educação.

Entendemos assim que o materialismo histórico e dialético constitui o referencial epistemológico mais adequado a uma metodologia comprometida com o acesso à produção do conhecimento por todos aqueles que são também os fazedores da história.

Qualquer tentativa de transformação das condições do ensino de História, enquanto

prática pedagógica que envolve alunos e profissionais, deverá levar em consideração os pressupostos da dialética marxista, para a redefinição do papel ético e político de uma formação voltada para o social.

Daí a necessidade de reflexão sobre a pesquisa enquanto produto histórico, isto é, enquanto metodologia de investigação e lógica de raciocínio produzidas socialmente. Nessa perspectiva percebe-se o trabalho de investigação em sua real dimensão, qual seja, como "choque de um sujeito indagador movido por finalidades subjetivas e dotado de instrumentos objetivos, contra uma realidade que lhe impõe resistência vital, uma natureza que o desafia a que a domine, e lhe cria curiosidades e interesses, a que não pode fugir" (PINTO, 1969: 453).

Trabalhar com a produção do conhecimento nessas bases, parece ser o melhor caminho ao ensino de História, para contribuir para a totalização e para a socialização dos homens. Pois ao recuperar a história enquanto fazer social, leva o aluno a assumir individualmente o que é do conjunto e a se perceber como um sujeito cuja participação histórica produz dialeticamente sua consciência histórica.

# Bibliografia

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Primeira filosofia*: lições introdutórias, sugestões para o ensino básico de filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*: discurso sobre o espírito positivo. São Paulo:

- Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores, v.33)
- DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico: a teoria da investigação. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores, v.33)
- ENGELS, Friedrich. O funeral de Karl Marx. In: FROMM, Erich. Conceito marxista do homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- GARAUDY, Roger. Para conhecer o pensamento de Hegel. Porto Alegre: L & PM, 1983.
- HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis: Vozes, 1992. (Col. Pensamento Humano)
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Col. Os Pensadores, v. 35)
- \_\_\_\_\_, *O capital*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas)
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemá. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SILVA, Marcos Antônio da. Responsabilidade da Universidade na formação do profissional de História. Trabalho Apresentado ao Simpósio Multidisciplinar "A Universidade e a Política de Formação dos Professores". 32ª Reunião Anual da SBPC. Brasília-DF, julho de 1987, 8p. (Mimeo).